



# MOVIMENTO NEGRO SOCIALISTA

Maio de 2007 - N°01 - Ano 01

## Quem somos

Constituído em 13 de maio de 2006 em São Paulo, o comitê por um Movimento Negro Socialista (MNS) é fruto da discussão entre antigos militantes socialistas e negros preocupados com o rumo da discussão sobre o combate ao racismo, a relação com a luta de classes e a luta pela libertação de todo povo oprimido no Brasil e no mundo.

Estes companheiros lançaram em agosto de 2005 um apelo por um Movimento Negro Socialista, o qual recebeu mais de 600 adesões em todas as regiões do Brasil. A partir deste foram realizadas dezenas de reuniões aonde os grupos locais convocaram uma reunião nacional em 13 de maio de 2006. Nesta reunião participaram representantes de 3 estados aonde se constituiu um Comitê

por um Movimento Negro e Socialista e uma coordenação foi eleita, a reunião nacional deliberou um plano de luta e campanhas e convocou uma próxima reunião em Brasília por ocasião da Caravana das fabricas Ocupadas em julho de 2006.

Dentre as campanhas deliberadas pela Reunião de 13 de maio, a luta contra o estatuto da igualdade racial ganhou enorme destaque na mídia e nas massas, a firme posição do MNS de combater as políticas de "ação afirmativa" e a política de cotas raciais e constituição de uma frente ampla com intelectuais, artistas, outros movimentos negros, sindicalistas etc. Se constituiu numa referência para os marxistas na discussão e posicionamento na luta pela igualdade e contra as armadilhas das políticas incentivadas pela ONU,

ONG's, Governo.

O MNS esta construindo núcleos de discussão em todo o país e preparando uma grande Reunião nacional no próximo dia 13 de maio de 2007, combatendo a discriminação racial e apoiando a luta dos trabalhadores.

Os negros são a maior parcela dos oprimidos no Brasil e nós sabemos que o racismo é uma arma da classe dominante para dividir nossos irmãos trabalhadores, por isso é fundamental que nós nos organizemos para combater aqueles que querem perpetuar o regime da exploração e sua repugnante ideologia racista. A luta contra o racismo é a luta contra a sociedade de classes e portanto contra o capitalismo.

Junte-se a nós, construa um núcleo do MNS em seu bairro, escola, fabrica em sua cidade.

## 2ª Reunião Nacional Dia 13 de Maio em São Paulo!

Local: Auditório da Ação Educativa

Endereço: Rua General Jardim, 660 (próximo à estação Santa Cecília do Metrô). São Paulo – Centro. Início: 10h

### Programação:

- 10:00 ATO DIA 13 DE MAIO

- 12:30 ALMOÇO

- 14:00 REUNIÃO NACIONAL

- 18:00 CONFRATERNIZAÇÃO

- Abaixo as leis raciais
- Liberdade para Múmia Abu Jamal
- Retorno das tropas do Haiti
- Fim da violência policial

### Inscrições e informações:

São Paulo: caiodezorzi@yahoo.com.br

Caieiras: miranda13633@uol.com.br

Bauru: roque.ferreira@uol.com.br

Araçatuba: negodel@ig.com.br

Campinas: renatavaz@ig.com.br

Macaé: almirptmacae@yahoo.com.br

Rio de Janeiro: luizbicalho@gmail.com

Recife: faustao\_pe@ig.com.br

Joinville: pinto@cipl.com.br

Blumenau: iane\_jr@yahoo.com.br

Florianópolis: apfeminella@hotmail.com

Curitiba: fabianostoiev@ig.com.br

Sumaré: santinhopedro@yahoo.com.br

Salvador: robertogomes74@yahoo.com.br

Cuiabá: fabioramirez.com@hotmail.com

## África-Brasil

## As revoltas conquistaram a Abolição



A grande maioria dos estudantes e da juventude desconhece a verdadeira história da abolição da escravidão no Brasil. Na escola, desde o ensino fundamental, as únicas recordações que ficam no imaginário popular são da princesa boazinha que “libertou” os escravos. E por aí vai se reproduzindo a “história oficial”.

Brasil e Cuba foram os dois últimos países do mundo a eliminar a escravatura como base de um modo de produção. A Guerra da Secessão (1861-65), nos Estados Unidos, cobrou o preço de mais de um milhão de mortos para que se encerrasse a escravidão e, de fato, se unificasse a nação. O Haiti se tornou a primeira nação negra das Américas quando, após ter conquistado a libertação, em 1794, com uma insurreição dos escravos negros, expulsou a bala e a facão, em 1803, os colonialistas franceses.

No meio do século XIX já não havia mais como manter a escravidão no Brasil. As lutas contra escravidão negra tomavam conta do país. De longe vinha o Quilombo de Palmares, sobre o qual não é preciso se estender. As homenagens que até hoje recebe Zumbi são o testemunho da luta heróica e dolorosa de todo o povo negro, hoje parte integrante da classe trabalhadora brasileira, para se libertar de toda opressão e exploração. Inúmeras revoltas populares se somavam às rebeliões de escravos, aos assaltos às fazendas e assassinato de fazendeiros.

Nas décadas de 1830 e 1840, o país havia vivido algumas das suas maiores rebeliões ou guerras internas. Entre 1835 e 1840 a província do Grão-Pará (atualmente os estados do Pará, parte do Amazonas, Amapá e Roraima) conheceu as revoltas da “cabanagem”, nome dos negros, índios e mestiços, que viviam nas cabanas. Eles chegaram a tomar Belém e instituir um governo próprio, em choque frontal com a monarquia escravagista. Esta grande luta popular pagou um tributo de 40 mil mortos tombados na luta por liberdade e igualdade.

A Balaiada, no Maranhão, que durou de 1838 a 1841, teve como herói da monarquia o militar que ganhou ali seu primeiro título de nobreza, o Barão de Caxias (uma das mais importantes cidades do Maranhão), que viria a ser o Duque de Caxias. Como herói das classes populares, teve o negro Cosme, líder de um quilombo, que comandou cerca de três mil homens armados em combates contra as tropas da monarquia. Mesmo na Guerra dos Farrapos, que se estendeu de 1835 a 1845, no Rio Grande do Sul, quando a elite local chegou a proclamar a República do Piratini, os negros jogaram um papel importante e conquistaram a reivindicação de libertação de todos os negros que lutaram ao lado de Bento Gonçalves contra a monarquia.

O Brasil chegava ao fim do século passado marcado por rebeliões e imerso numa profunda crise econômica. Esta situação tensa, fruto do agravamento constante das crises econômicas no mercado mundial, juntava-se à pressão internacional da burguesia, que não podia permitir a continuidade da concorrência de produtos da mão-de-obra escrava. Mas a escravidão não caiu de madura: foi derrotada pela primeira luta popular de caráter nacional da história brasileira.

A luta abolicionista juntou negros, brancos, mestiços e mulatos. Entre seus líderes, estavam ex-escravos. Enquanto, nas fazendas, os escravos se rebelavam e fugiam, ajudados pelos abolicionistas, outros atores entravam em cena. Os trabalhadores das ferrovias e os operários gráficos, núcleos de uma classe operária ainda em formação, participaram ativamente do movimento, escondendo os negros fugidos e imprimindo os panfletos antiescravistas. Essa história permanece

oculta da maioria dos jovens estudantes.

A princesa Isabel, quando assinou a Lei Áurea, estava firmando um documento de derrota – a prova da falência do próprio Império, que caiu no ano seguinte. Mas, para aqueles que trabalhavam a terra, e praticamente só sabiam fazer isto, o fim da escravidão não significou o acesso a terra. Significou isso sim, seu despejo das fazendas. E assim os escravos foram expulsos de um modo de produção e a maquinaria da economia se desenvolveu através de uma abundante mão-de-obra livre, basicamente estrangeira, imigrada com amplo financiamento do Estado para suprir as necessidades da atrasada burguesia rural brasileira. É por isso que a burguesia brasileira nasce no campo e não nas cidades.

O Império pintou a imagem do 13 de Maio como um presente da princesa benfeitora. Os defensores das chamadas políticas de ações afirmativas pintam hoje o 13 de Maio como a mentira da princesa malfeitora. A divergência é superficial, pois ambos se apegam ao ato da autoridade, ocultando atrás dele as lutas de classes no Brasil e no mundo neste período. É como atribuir o fim da ditadura militar à candidatura de Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral, escondendo as lutas dos trabalhadores e estudantes que derrotaram os generais.

Comemorar o 13 de Maio é trazer a tona a verdadeira história de lutas do povo brasileiro. É homenagear centenas de milhares de brasileiros que lutaram e, em muitos casos, deram sua vida para que se inscrevesse na lei o fim da escravidão. Acima de tudo, é retomar o fio de continuidade da luta pela igualdade que inspirou os abolicionistas.

O Movimento Negro Socialista (MNS) se constituiu no 13 de maio de 2006 e, neste ano, realizará um ato comemorativo da data. Nós temos a convicção de que não se derrota o racismo por meio da divisão dos trabalhadores e estudantes em “brancos” e “negros”, como querem os defensores das leis raciais. Só se derrota o racismo superando o imenso abismo entre as classes sociais, pela extensão dos serviços públicos de qualidade para todos e pela conquista de empregos para todos os trabalhadores, seja qual for o tom da sua pele.

José Carlos Miranda

# A Polícia Mata...



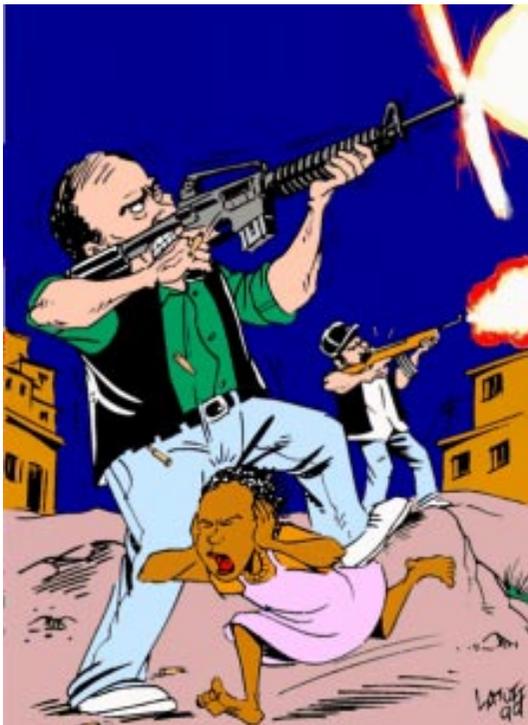
Mais de 60% dos jovens da periferia das grandes cidades já sofreu violência policial; de cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negros e jovens; a cada 4 horas um jovem negro morre violentamente no Estado de São Paulo.

Os negros são os alvos prediletos nas batidas policiais, são abordados constantemente, pois, são considerados sempre suspeitos. 90% dos negros já foram abordados pelo menos uma vez pela polícia, de forma violenta e expostos a constrangimentos.

A minoria de negros de classe média, também não escapa das abordagens policiais. A polícia assim como a população, vê como suspeito "um homem de cor", dentro de um bom carro, e, demonstrando sucesso material.

Em vários casos, a abordagem violenta da polícia, resulta em morte de pessoas inocentes.

Estas mortes são tratadas pelo singelo nome de balas perdidas. Estas balas sempre com uma precisão incrível



encontram seu alvo que tem cor e endereço; crianças negras e moradoras dos morros e periferias.

Os meios de comunicação, quando as balas perdidas começam a fazer vítimas nos espaços reservados à classe média

alta, passam a propagar o pânico social com as campanhas contra a violência.

As operações policiais têm como teatro os bairros operários e populares. A polícia age nesses locais sempre de maneira letal, sem respeitar nenhum direito fundamental. É a lei, a Justiça, a Executora, praticando impunemente o terrorismo social.

A população pobre negra e não negra, não confia na polícia. Esta mesma população tem mais medo da polícia do que dos bandidos. Isto é resultado do comportamento da polícia que trata a população negra e não negra pobre totalmente diferente da população de classe média alta e os ricos.

Negros e não negros pobres, são presos para averiguação (prisão ilegal), e submetidos a interrogatórios violentos.



Isso tem nome; tortura. A tortura sempre existiu no Brasil e permanece nos dias atuais. Recentemente, o Brasil foi denunciado pela Anistia Internacional pela prática de tortura contra presos comuns em delegacias e presídios. Neste locais, não está nenhum dos desembargadores e magistrados apanhados envolvidos com o crime organizado na operação furacão.

Os espaços urbanos públicos frequentados pelas classes populares negra e branca, são ocupados sistematicamente pelo aparato policial que não respeita os direitos individuais e coletivos, e faz assepsia étnica e de classe. É o braço armado do estado baseado na propriedade dos meios de produção, e da exploração do homem pelo homem.

Na outra ponta, a burguesia chama os exército para as ruas, a polícia implanta a política de tolerância zero com amplo apoio da mídia. A prática da tolerância baseia-se num conceito criado pela SS, polícia secreta e repressiva do nazismo. Combinado a estas ações, o Senado acaba de aprovar a diminuição da maioria penal, o que precisa ser votado pelo congresso e ir à sanção do presidente.



O imperialismo mantém a pauta: escravidão, extinção dos direitos fundamentais, genocídio oficial, associados às privatizações dos serviços públicos, destruição dos direitos e conquistas trabalhistas, flexibilização, barbarização das condições de trabalho e desemprego em massa, destruição da previdência pública.

As políticas aplicadas por Lula que se curva vergonhosamente aos interesses do capitalismo internacional, agrava a situação dos negros e dos pobres no Brasil. A privatização e a destruição dos serviços públicos, setores que mais empregam negros aprofundam ainda mais as desigualdades e aumentam a violência, como por exemplo, as políticas de cotas e o mal fadado estatuto da igualdade racial, que divide o povo brasileiro.

A dívida social econômica que o Brasil tem para com os negros a maioria esmagadora da classe trabalhadora deve ser cobrada, com a reivindicação de políticas que garantam serviços públicos em quantidade e de boa qualidade, demarcação das terras dos quilombos remanescentes, reforma agrária, fim da política de superávit primário que canaliza bilhões de dólares para engordar ainda mais os grandes banqueiros internacionais, e o fim da violência oficial do Estado.

Essas conquistas devem estar inscritas no combate que os trabalhadores devem travar para derrotar essas políticas que destroem as nações, anunciam a barbárie e a conseqüente destruição da Humanidade.

Roque José Ferreira

# Estudante é agredido e ameaçado por policial civil

Policial pró-pena de morte ameaça ativista de movimentos sociais na Faculdade UNIBAN/ Osasco

Em 12 de abril o militante contra o racismo e vereador pelo PT da cidade de Francisco Morato (SP), Anderson Domingues da Silva, 31 anos, foi ameaçado de morte e agredido pelo policial civil Genildo Nascimento da Fonseca Junior, 31 anos, do setor de Operações Especiais (SOE) do Estado de São Paulo. O estudante do 2º ano de Direito da UNIBAN sempre expressa suas opiniões em sala de aula e inicia debates com os demais alunos, no dia anterior quando o professor de Direito Penal Dr. José Carlos Blat, abordou o tema sobre pena de morte, Anderson declarou "A pena de morte já existe no Brasil para os "três Ps" (Preto, Pobre e Prostituta)". O também aluno Genildo manifestou-se contra o colega de classe e saiu.

Durante uma das aulas Anderson dirigiu-se ao banheiro e foi seguido pelo policial, no momento em que os dois estavam sozinhos Genildo acompanhado de outro aluno o ameaçou dizendo "Cuidado com o que fala seu sem terra, vou lhe dar terra, sete palmos." Em seguida começou a agressão, o vereador defendeu-se como pode até a chegada dos seguranças da Universidade. Na delegacia Anderson declarou em seu depoimento " Ele me acusa de agressão e é duas vezes maior que eu". O vereador só não foi preso e algemado devido a presença do Deputado Estadual Marcos



Martins (PT), que exigiu uma maior investigação dos fatos antes da prisão de qualquer pessoa.

Abalado Anderson dirigiu-se para o IML (Instituto Médico Legal) Municipal, onde fez exame de corpo de delito e foram comprovadas várias lesões em seu corpo. " Eu não digo apenas o que penso, dados divulgados em fevereiro deste ano pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, mostram o aumento de 79 % nas

mortes de civis provocadas por policiais". Anderson não é contra a polícia, e respeita a instituição, apenas deseja que seja feita uma maior investigação em um crime ocorrido e que maus policiais sejam afastados da corporação.

## Inverdades no depoimento de Genildo

Genildo Nascimento da Fonseca Junior – Declara em seu depoimento, que se encontrou com Anderson, no banheiro e que o mesmo começou a agressão. (detalhe o policial é quase o dobro de tamanho do vereador).

Genildo Nascimento da Fonseca Junior – Declara que ao ser chamado o Deputado Estadual Marcos Martins, não queria levar o caso à delegacia, o Deputado insistiu em ir à delegacia, apenas não queria que Anderson fosse algemado.

## Inverdades no depoimento da testemunha de Genildo

Edson Gil Durski, declara, que chegou ao banheiro e Anderson já se encontrava no mesmo, desmentindo quem veio defender, declara que Anderson começa a agressão – detalhe, contra dois alunos em total vantagem de tamanho e força.

## De como ser negro no Brasil

No último domingo à noite senti na pele a realidade da truculência da polícia de Bauru, realidade essa que já era clara para muitos, mas ainda desconhecida para mim. Éramos eu e mais quatro amigos angolanos no carro tentando achar o caminho da chácara que ficava nos limites entre Bauru e Agudos. Depois de nos perdermos, após tentativas frustradas de encontrar o caminho, notamos que havia policiais atrás do carro em que estávamos, sinalizando para que reduzíssemos. Ao pararmos, policiais abordaram o carro de maneira brutal, apontando-nos armas de alto calibre e gritando "todo mundo pra fora do carro com a mão na cabeça". Era uma situação inédita para mim. A brutalidade foi tamanha que a única coisa que me veio à mente foram aqueles episódios da polícia de São Paulo, que mata pessoas que julgam culpadas e as desovam em algum lugar. Tremia, chorava. Um dos

policiais voltou-se para mim e disse que se estava chorando deveria ter alguma culpa.

Depois de passar por revista, como os demais garotos, vasculharam minha bolsa, averiguaram se tinha passagem policial e ainda mexeram na foto de meu namorado e perguntaram "se esse maluco estava preso". Ao se assegurarem de que não tínhamos nada, que éramos todos estudantes da Unesp e os garotos participantes de um convênio entre a universidade e Angola, desculparam-se alegando que tudo era apenas procedimento de rotina. E tudo isso só me fez pensar como humilhação pública de 5 negros em um carro à noite e a morte de um dentista negro "confundido" com um assaltante viraram pretexto e sinônimo de procedimento de rotina em grande parte da ação policial no Brasil.

Luana Nascimento - estudante de jornalismo na Unesp de Bauru

## Repercussão

Em nota enviada à imprensa, o Conselho da Comunidade Negra de Bauru condenou a atitude da polícia, mas, ressaltou que os jovens deveriam registrar o acontecido em boletim de ocorrência. O major Nelson Garcia Filho, subcomandante do 4.º Batalhão de Polícia Militar do Interior (BPMI), resalta que a PM está de portas abertas para receber os universitários e apurar as denúncias levantadas por eles, inclusive oferecendo ajuda na tentativa de reconhecer os policiais que teriam praticado a violência. Para Duílio Duka de Souza, presidente do conselho, os estudantes devem registrar o acontecido em um BO para que os conselheiros possam seguir com alguma ação. O conselho também solicitou ao comando da PM a adoção de política de formação dos policiais sobre questões étnico-raciais. O major Garcia resalta que durante a formação e ao longo da sua carreira, o policial passa por uma série de capacitações envolvendo direitos humanos.